



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000143-70.2011.8.17.0190 (0289337-6)

APELANTE: MAPFRE – VERA CRUZ SEGURADORA S/A

APELADO: SEVERINO NUNES DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. SEGURO DE VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. APLICAÇÃO DA TABELA FIPE. DANO MORAL. AUMENTO. PAGAMENTO AO BANCO. VALOR REMANESCENTE AO AUTOR. PROPRIEDADE DA SUCATA. SEGURADORA.

1. O valor acordado em contrato para o pagamento de indenização em caso de colisão é o fornecido pela tabela FIPE. A cotação deve ser a da data do sinistro.
2. Danos Morais devidos, pois a quantia foi disponibilizada a menor.
3. O pagamento deverá ser feito primeiramente ao banco, pois a transferência da propriedade dos salvados à seguradora depende da exoneração do gravame. O valor excedente deve ser entregue ao autor.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, unanimemente, dar parcial provimento ao presente apelo, alterando a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

sentença de primeiro grau para fixar o valor da indenização securitária em R\$ 25.439,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais) e dos danos morais em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). O pagamento deverá ser feito prioritariamente ao banco, e caso haja valor remanescente, deverá ser repassado ao autor. Levantado o gravame sobre o bem, a propriedade dos salvados deve ser oportunamente transferida para a seguradora.

Recife, de de 2012.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

442
✓

APELAÇÃO CÍVEL N ° 0000143-70.2011.8.17.0190 (0289337-6)

APELANTE: MAPFRE – VERA CRUZ SEGURADORA S/A

APELADO: SEVERINO NUNES DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fls. 357 a 368 dos autos.

Cuida-se de apelação interposta em face de sentença prolatada em Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido de Antecipação de Tutela, na qual foi julgado procedente o feito para condenar a empresa ré/apelante ao pagamento de indenização dos danos materiais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e da quantia de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de danos morais em decorrência do evento lesivo, devendo os valores serem corrigidos a partir da data do sinistro até o efetivo pagamento com o acréscimo da correção monetária com base na taxa Selic, e juros de 1% ao mês.

Condenou, ainda, a empresa ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação.

Em razões de apelação (fls.386/407), a empresa apelante alega que, segundo o contrato firmado entre ela e o autor, o valor de referência a ser utilizado para o pagamento do seguro em caso de perda total por colisão é o estabelecido na tabela FIPE.

Afirma que a quantia de R\$30.000,00 (trinta mil reais), pretendido pelo apelado, é referente à Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos por Danos Materiais (RCFV) que somente é pago quando há danos causados a terceiros.

mcen

No que se refere aos danos morais, sustenta que não houve recusa de pagamento ou disponibilização de valor a menor, assim, não resta caracterizada negativa de cobertura nem descumprimento contratual, capaz de ensejar dano moral ou abalo psíquico.

Considerando o financiamento do veículo, requer que o valor da indenização seja, inicialmente, utilizado para quitar o saldo devedor junto ao banco, real proprietário do bem, para apenas, em caso de eventual saldo remanescente, ser pago algum valor direto ao segurado.


Finalmente, pleiteia a transferência dos salvados (sucata) do veículo para a seguradora, sob pena de ensejar enriquecimento ilícito.

O apelado apresentou contrarrazões às fls. 413 à 428.

É o relatório.

À revisão.

Recife, de de 2012.


Des. Fernando Martins
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000143-70.2011.8.17.0190 (0289337-6)

APELANTE: MAPFRE – VERA CRUZ SEGURADORA S/A

APELADO: SEVERINO NUNES DA SILVA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Cuida-se de apelação interposta em face de sentença prolatada em Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido de Antecipação de Tutela, na qual foi julgado procedente o pedido para condenar a empresa ré/apelante ao pagamento de R\$ 30.000 (trinta mil reais) de prêmio do seguro e R\$ 12.000,00 (doze mil reais) a título de dano moral.

O ponto controverso do presente processo é a quantia a ser paga a título de indenização securitária. Analisando a apólice do contrato firmado entre a empresa apelante e o autor, conclui-se que cabe razão à seguradora quando afirma que os R\$30.000,00 (trinta mil reais) devem ser pagos nos casos de responsabilidade civil por danos materiais ou corporais quando houver prejuízos a terceiros. O cálculo do seguro em casos de colisão, incêndio, roubo ou furto deve seguir a tabela de referência, a Tabela FIPE.

O contrato prevê pagamento, para o caso de perda total do bem, de 100% do valor constante na tabela FIPE. Por conta da desvalorização dos automóveis no mercado, a remuneração do seguro deve ser baseada no valor do bem no momento da ocorrência do sinistro, ou seja, agosto de 2010. Utilizando o código da tabela de referência (nº 004321-4) fornecido pela apólice de seguro, depreende-se que a quantia devida é de R\$ 25.439,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais), dado fornecido pelo "sítio eletrônico" da tabela FIPE referente à data do sinistro.

mcgp



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

Determino, ainda, que o pagamento seja feito prioritariamente ao banco, e caso haja valor remanescente, deverá ser repassado ao autor. Levantado o gravame sobre o bem, a propriedade dos salvados deve ser oportunamente transferida para a seguradora.

É como voto.

Recife, de de 2012


Des. Fernando Martins

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Apelação Cível nº 0289337-6

CONCLUSÃO

Nesta data, faço esses autos conclusos ao
Des. José Carlos Patriota Malta.

DESPACHO

- R. hoje. Revistos,
- À Pauta.
- Recife, 06 de fevereiro de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta